Estamos aqui discutindo, por exemplo, o Projeto de lei nº 1405, de 2014, por meio do qual o Sr. Governador pede que a Assembleia Legislativa autorize a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, o imóvel localizado na Estrada do Quinze, s/nº, no bairro Amburá, distrito de Parelheiros, e o imóvel localizado na Rua Coronel Manuel Feliciano, números 629 e 633, na Vila Jacuí, ambos no município de São Paulo.

Sabemos que há pelo menos 39 projetos de alienação de bens que tramitam hoje na Assembleia Legislativa de São Paulo. A decisão do governador é a de promover a retirada de cada um deles para encaminhá-los todos articulados em um único projeto, de tal forma que a votação dessas alienações se dê durante a discussão desse único projeto de lei, e não de 39, como aconteceria hoje na Assembleia Legislativa, se mantidos em tramitação.

Nesse sentido, a bancada do Partido dos Trabalhadores havia se posicionado no sentido de estabelecer restrições à retirada desses projetos de lei, fazendo obstrução, por entender que não foi feita uma discussão com o conjunto dos partidos e deputados sobre a maneira como o Governo do Estado age em sua relação com um poder autônomo como o Legislativo Estadual.

Vejam que, se temos aqui a prerrogativa de discutir, um a um, os 39 projetos de lei que estão sendo retirados pelo Governo do Estado e, posteriormente, analisá-los de acordo com suas conveniências e em atenção ao interesse público, o que se pretende agora é fazer a retirada de todos os projetos para, depois, promover a votação de um único projeto que contenha a relação dos 39 imóveis que se pretende alienar, conceder, doar ou, por diferentes maneiras, fazer com que entidades privadas, particulares, sejam beneficiadas a partir de uma autorização dada pelo Poder Legislativo.

Normalmente, eu viria à tribuna pedir uma verificação de votação em relação a esse projeto. Não farei isso em respeito ao líder da bancada do PT, mesmo discordando do acordo que ele fez, pois havíamos discutido na bancada que não concordaríamos com a retirada desses projetos, ainda que feita de modo parcelado.

Inicialmente, o governador queria retirar os 39 projetos sem que houvesse nenhum tipo de obstrução ou verificação por parte da oposição - fosse do PT, do PCdoB ou do PSOL - ou mesmo de deputados da base governista que não concordassem em abrir mão de uma prerrogativa do Parlamento Estadual a partir de um pedido feito pela liderança do Governo em nome do Poder Executivo.

O que se está propondo hoje é a retirada de dois projetos, o Projeto nº 1405 e o Projeto nº 218, de 2003, sem que a oposição faça um pedido de verificação, sem que o Governo tenha que ter maioria no plenário para conseguir autorização do Parlamento de tal forma que esses projetos possam ser retirados para posterior reenvio pelo governador do Estado, articulados todos eles em um único projeto, reitero.

Isso facilita para o Governo do Estado o desmonte da máquina estatal, como já vimos no caso do Cepam, como veremos em breve no caso da Fundap, que é a Fundação de Desenvolvimento da Administração Pública no estado de São Paulo, que se pretende extinguir em breve, e como farão em seguida com alguns institutos públicos de pesquisa e a Fundação de Desenvolvimento da Educação, vinculada à Secretaria de Estado da Educação.

Dessa forma, a vinda deste parlamentar, de modo isolado, não representando necessariamente a opinião do conjunto dos 14 deputados estaduais da bancada do Partido dos Trabalhadores, mas, estou exercendo a prerrogativa de quem deve zelar pela coerência em sua atuação parlamentar, ao dizer, em alto e bom som, para que todos entendam, que, verdadeiramente, deveríamos, neste momento, estar criando dificuldades para assim obrigar que o Governo do Estado viesse a público explicar por que pretende fazer alienação, venda e dilapidação desse patrimônio estadual, vinculado a institutos públicos de pesquisa que são centenários. Aguardem, porque teremos, nos meses de outubro e de novembro, projetos de lei promovendo a venda de fazendas de 3 a 4 mil hectares com o argumento de que hoje elas se tornaram ociosas. Mas, se hoje elas são ociosas, isso não é de responsabilidade dos pesquisadores científicos, não é de responsabilidade do pessoal de apoio técnico administrativo, mas sim de um Governo que não investiu na pesquisa pública e no fortalecimento do patrimônio e da gestão pública estadual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o pedido de retirada.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Antes, porém, esta Presidência nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas e 45 minutos, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 46/15, de autoria do senhor governador.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Davi Zaia e suspende a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 17 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 04 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar hoje, às 19 horas, com a finalidade de apreciar o PLC 46/15.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE -FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, a Presidência desconvoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que se realizaria amanhã para apreciar o PLC 46/15 e adita a mesma matéria à Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã.

Havendo acordo entre as lideranças esta Presidência, antes de dar por levantada sessão, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje e o aditamento ora anunciado, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 04 minutos.

* * *

1º DE SETEMBRO DE 2015
48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Encerra a discussão do PLC 46/15. Coloca em votação e declara aprovado o PLC 46/15, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Proposição em regime de urgência.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 46/15, de autoria do Sr. Governador. Prorroga o prazo para a concessão do Prêmio Incentivo à Produtividade e Qualidade - PIQP, instituído pela Lei Complementar nº 907, de 21 de dezembro de 2001. Com uma emenda. Parecer nº 905, de 2015, da reunião conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos para discutir, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o PLC nº 46/15.

Em votação a emenda com parecer contrário. As Sras. e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada a emenda.

Com isso está aprovado o projeto e rejeitada a emenda do PLC nº 46/15.

Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 01 minuto.

* * *

2 DE SETEMBRO DE 2015
93ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, CORONEL CAMILO, CARLOS NEDER, LUIZ TURCO, FERNANDO CAPEZ e MARIA LÚCIA AMARY
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Parabeniza a cidade de Presidente Venceslau pelo seu aniversário.
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Manifesta preocupação com a crise econômica pela qual passa o Brasil. Comenta o aumento de desemprego entre trabalhadores da construção civil. Considera que falta uma ação efetiva do governo federal para a solução do problema.
3 - CORONEL TELHADA
Tece comentários sobre a questão do desemprego no País. Desaprova ação do Supremo Tribunal de Justiça que concedera liberdade a Gil Rugai, condenado pela morte de seu pai e sua madrasta. Condena a prisão de policiais militares com base apenas em suspeitas. Defende a criação de órgão para defesa judicial de funcionários públicos.
4 - WELLINGTON MOURA
Para reclamação, protesta contra clubes de futebol que não atendem a solicitações de reuniões com parlamentares.
5 - CARLOS GIANNAZI
Denuncia que o Governo do Estado ainda não elaborou projetos de lei relativos à carreira do Magistério, este ano. Acrescenta que a lei da data base salarial fora desrespeitada. Cita problemas enfrentados pela categoria.
6 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência.
7 - JOOJI HATO
Comenta caso de estudante baleado por criminosos em moto na Universidade de São Paulo. Destaca a importância da instalação de câmeras de segurança no local. Ressalta a necessidade da criação de leis em prol da segurança da população. Defende maior controle da entrada de pessoas nos portões da USP.
8 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO
Anuncia a presença de alunos do Colégio Porto Seguro, acompanhados pela professora Vanessa Guimarães.
9 - CARLOS NEDER
Tece comentários sobre o controle do Orçamento do estado de São Paulo. Menciona não haver representantes do Poder Legislativo em comissão que fiscaliza organizações sociais. Solicita agilidade na indicação de representantes pelo presidente desta Casa.
10 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
11 - CORONEL CAMILO
Mostra vídeo sobre a realização de "pancadões" na cidade de São Paulo. Comenta projeto de lei, de sua autoria, que permite a intervenção do poder público no início desses eventos.
12 - CARLOS NEDER
Assume a Presidência.
13 - JOOJI HATO
Elogia a iniciativa do deputado Coronel Camilo, em relação a projeto de lei sobre "pancadões". Critica a PEC 7/15, que traz em seu bojo a possibilidade de extinção do cargo de médico legista. Adiciona que a matéria implica a possibilidade de peritos não médicos realizarem perícias médicas tais como autopsias. Sugere a realização de audiência pública para discussão do assunto.
14 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência.
15 - JOOJI HATO
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
16 - CORONEL CAMILO
Anota o pedido. Anuncia a presença do coronel Aradzenka, coronel Tardelli, coronel Feletto e uma comitiva da Polícia Militar. Defere o pedido do deputado Jooji Hato e suspende a sessão às 15h27min.
17 - LUIZ TURCO
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.
18 - CARLÃO PIGNATARI
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 17 horas.
19 - PRESIDENTE LUIZ TURCO
Defere o pedido e suspende a sessão às 16h31min.

ORDEM DO DIA

20 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h05min.
21 - CARLOS CEZAR
Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.
22 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido e suspende a sessão às 17h05min, reabrindo-a às 17h07min. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de alteração da Ordem do Dia. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 918/15.
23 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do PL 918/15, em nome do PTB.
24 - LUIZ FERNANDO
Para questão de ordem, questiona a Presidência a respeito da reabertura da sessão.
25 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Confirma a reabertura da sessão.
26 - CAUÊ MACRIS
Solicita a suspensão da sessão por quatro minutos, por acordo de lideranças.
27 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido e suspende a sessão às 17h23min, reabrindo-a às 17h29min.
28 - CARLÃO PIGNATARI
Solicita a suspensão da sessão por 30 minutos, por acordo de lideranças.
29 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Anota o pedido. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações de Trabalho, e de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, às 17 horas. Defere o pedido do deputado Carlão Pignatari e suspende a sessão às 17h31min.
30 - MARIA LÚCIA AMARY
Assume a Presidência e reabre a sessão às 18h06min. Convoca uma sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas.
31 - CARLÃO PIGNATARI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
32 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 03/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

* * *

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar o aniversário da linda cidade de Presidente Venceslau. Parabéns a todos os cidadãos dessa cidade e que a cidade tenha muito desenvolvimento. Comemorem com muita segurança, muita paz. Contem sempre com todos os deputados da Assembleia Legislativa.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembleia, também queria aqui parabenizar a cidade de Presidente Venceslau, região de Presidente Prudente, terra dos deputados Bragato, Ed Thomas, e outros.

Sr. Presidente, mais uma vez venho a esta tribuna, muito preocupado com a crise do Brasil. Abrimos os jornais e parece não enxergarmos uma luz no fim do túnel. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, categoria a que pertenço, tem agendado só para o mês de setembro 3.900 homologações. Passam por homologações somente os trabalhadores que tenham mais de um ano de carteira assinada. Até um ano, os trabalhadores são demitidos na própria empresa e não precisam passar no sindicato. E não é somente o sindicato que faz homologações. O Ministério do Trabalho, outros órgãos do Ministério Público e outras autarquias também o fazem. A cada momento, ou telefonam, ou vêm aqui ou vão ao sindicato pessoas que perderam emprego, desesperadas e procurando outro emprego. A previsão do Caged é que, até o final do ano, um milhão e meio de pessoas no Brasil percam emprego. Ainda existe algum consumo porque os desempregados recebem o Fundo de Garantia e o seguro-desemprego. Passados alguns meses, essas pessoas já terão gastado o Fundo de Garantia, já não terão mais o seguro-desemprego e ficarão a deus-dará. Tenho perdido mais tempo conversando com construtoras e empresas do que cuidando da Assembleia.

Não temos visto nenhum gesto do governo para melhorar essa situação de grande desemprego. E falaram até em ressuscitar o câncer da CPMF para, quem sabe, tampar o rombo de 30,5 bilhões de reais para o fechamento das contas. Tudo isso tem deixado a população desesperada. Creio que não só eu, mas a maioria dos deputados deve estar recebendo as mesmas reclamações. Vejo o Coronel Telhada, embora seja ligado à Polícia Militar, Segurança pública, mas sabemos que temos a sociedade como um todo, e pessoas simpatizantes de V. Exa. procuram ajuda indo ao seu gabinete. É difícil sairmos gastando a sola do sapato, a energia, batendo de porta em porta para não conseguir nada. Não falta emprego só para as pessoas simples. Há um grande número de engenheiros, arquitetos ou administradores que está desempregado. Os seus semblantes denunciam desespero em manter o padrão, a sua família, pagar a escola dos filhos, o IPTU.

Penso que todos nós, parlamentares ou cidadãos brasileiros, anoitecemos e amanhecemos com essa preocupação, e não tenho sentido nenhum gesto concreto do governo tranquilizando, ou dando credibilidade para que invistam no Brasil. Lojas que vendiam 200 ou 300 mil reais por mês, hoje vendem de oito a dez mil reais.

Tem lojas que durante o dia não abrem o caixa com cinco ou seis empregados. O que vão fazer? Demitir os empregados? Já não se vai mais pagar aluguel? Aumenta-se o déficit em cima disso tudo? Então, por tudo isso, creio que vivemos um momento de grande preocupação. Ocupei este espaço para deixar aqui nossa preocupação.

Todos nós façamos uma corrente para darmos sugestão e discutirmos juntos aqui o que fazer para encontrar uma saída urgentíssima para, pelo menos, darmos credibilidade para que os empresários invistam e os consumidores consumam sabendo que podem ter, nos próximos dias, seu emprego de volta.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, em primeiro lugar, quero dizer que o deputado que me antecedeu, Ramalho da Construção, colocou muito bem o problema do desemprego, que está assolando não só São Paulo, mas todo o Brasil.

Isso é preocupante ao extremo. Comércio e indústria, todos estão sofrendo com a falta de emprego. Infelizmente sou obrigado a dizer que a situação no Brasil vai piorar porque a cada dia vemos novos escândalos, e as providências são tomadas muito lentamente, Sr. Presidente. Infelizmente a população brasileira vai sofrer muito.

Mas venho a esta tribuna novamente falar de Segurança pública. Hoje, Sr. Presidente, quero trazer um assunto que está em todos os jornais, na mídia. Aqui, o "G1" diz o seguinte: "STJ concede liberdade a Gil Rugai, condenado por matar o pai e a madrasta".

Esse cidadão foi condenado em 2013 pela morte do pai e da madrasta, que foram assassinados em 2004, Sr. Presidente, dentro da residência do casal. Foram mortos a tiros.

É interessante essa notícia, porque temos aqui um cidadão acusado de duplo homicídio, sendo que uma das vítimas é o próprio pai, coisa que até a bíblia condena no matricídio, no parricídio, enfim, em todos os tipos de "cídio" que vocês lembrarem aí. Filho mata pai, pai mata filho, e por aí vai.

Esse cidadão condenado pela justiça a 33 anos, amanhã, será colocado em liberdade, Sr. Presidente. Porque advogados muito bem pagos conseguiram a liberdade desse cidadão.

Neste momento, temos dezenas de policiais militares, Sr. Presidente, presos sem qualquer prova concreta. Só na Rota, temos 14 policiais de Rota presos sem provas concretas, numa prisão temporária, por serem suspeitos de um crime.

Veja bem: só na Polícia Militar do Estado de São Paulo, Sr. Presidente, o cidadão é preso por suspeita. O cidadão está condenado a 33 anos e está sendo colocado em liberdade.

O policial militar, pelo fato de ser suspeito, já é recolhido preso. Deputado Carlos Giannazi, no Regulamento Disciplinar, existe o Art. 26. Esse artigo permite que qualquer policial militar seja recolhido preso, incomunicável, administrativamente, durante cinco dias.

Isso vai frontalmente contra a Constituição. Porque se eu, policial militar, prender um indivíduo suspeito, um homicida, e ficar rodando com esse indivíduo - às vezes, é até inteligência - dentro da viatura por uma, duas, três horas, eu corro o risco de ser indiciado por cárcere privado, Sr. Deputado, porque - a lei está correta - eu não posso ficar com um preso dentro da viatura.

Mas o policial militar, não. Ele pode ficar cinco dias preso e incomunicável. A família dele não sabe o que está acontecendo com ele. O advogado tem que correr atrás; ele não sabe as provas que estão sendo levantadas contra ele. Ou seja, ele tem cerceado totalmente o seu direito de ir e vir, e também o seu direito de defesa.

Fiz um documento sobre o Art. 26 ao Sr. Governador, e uma indicação logo no início do nosso mandato. Ele me devolveu, dizendo que providências não poderiam ser tomadas. Vamos insistir na derrubada desse Art. 26, do R-2-PM, que é um crime contra a cidadania. Sou militar, sou favorável ao regimento militar, ao regulamento militar, à disciplina militar, mas todos nós somos iguais perante a lei. Nenhum cidadão pode ser preso, a não ser em flagrante delito, ou com fundada documentação, ou prova contra ele.

Mas, não. Por qualquer motivo, basta qualquer pessoa ir à Corregedoria ou ao quartel do policial e fazer a acusação mais esdrúxula que puder contra o policial. Se o comandante entender assim, esse policial será recolhido preso por cinco dias. A partir daí, qualquer prova pode ser arranjada contra ele.

É o que aconteceu com esses policiais da Rota: 14 policiais da Rota já estão, há um mês, presos. Nós ganhamos um salário ínfimo, e esse policial vai ter que vender carro, vai ter que vender a casa, para pagar advogado, porque nem isso o Estado dá para ele. Ele trabalha, o crime acontece durante o serviço, ele está defendendo o Estado, é acusado, e ainda é obrigado a pagar o advogado do próprio bolso.

Tentamos, com vários outros deputados, criar na Defensoria e na Procuradoria do Estado um órgão para defender os funcionários públicos. Não é só o policial militar que tem esse problema. Hoje, se um professor for acusado em sala de aula, de assédio, de agressão, de injúria, qualquer problema, quem paga o advogado para ele é ele mesmo. Ele vai gastar o que não tem.

É um absurdo, é um abuso contra os funcionários públicos. E falo em nome dos policiais militares. Precisamos rever essa situação. Hoje existe uma indústria da testemunha forjada, criada pelo crime organizado. Qualquer testemunha hoje pode criar uma série de mentiras contra qualquer policial militar, e ele é recolhido, preso, sem provas.

Tive uma equipe da Rota, e posso citar o nome do comandante da equipe, o sargento Altiles. Ele e mais três policiais militares ficaram três anos presos no Presídio Militar Romão Gomes. Foram absolvidos no julgamento, porque não havia provas contra eles. Pergunto: quem paga por esses três anos de vida, que foram jogados no lixo, por uma Justiça injusta? Por um regulamento que está fora da Constituição?

Sr. Presidente, tenha a certeza de que durante nosso mandato vamos brigar muito pela defesa dos policiais militares. E um dos primeiros pontos que têm que ser revistos, urgentemente, pelos Direitos Humanos dos policiais é o Art. 26 do R-2-PM, um artigo inconstitucional e criminoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, a minha reclamação nesta tarde é sobre alguns clubes de futebol, que não têm atendido a nós, parlamentares.

Eu, como presidente da Comissão de Esportes, não sou atendido. Tenho ligado ao Palmeiras desde o dia 27, sem obter retorno. Queremos ajudar o esporte. Isso ocorre não somente com o Palmeiras, mas também com o Santos. Telefonei no dia 13/07, solicitando uma audiência para conhecer o clube, falar com o presidente, porém Modesto Roma também não me atendeu.

No São Paulo, a mesma coisa. Fiz uma solicitação no dia 07 de julho; já se vão dois meses. Acho isso um absurdo. Se nos tratam dessa forma, a nós, parlamentares, fico pensando no torcedor, fico pensando como a população é tratada diante de um time de futebol.

Por isso, quero deixar minha reclamação. Gostaria que esta Casa tomasse as providências necessárias no tocante a essas atitudes que os clubes de futebol têm feito a nós, parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Parabéns, nobre deputado Wellington Moura. O esporte é muito importante e tem que ser cultuado para que possamos combater a violência que aí está.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, boa tarde. Quero saudar os alunos e professores presentes nas galerias da Assembleia Legislativa.

Assomo novamente à tribuna para cobrar e, ao mesmo tempo, denunciar o governador Geraldo Alckmin e o secretário estadual de Educação porque ambos prometeram encaminhar para esta Casa os projetos de reajuste salarial dos servidores da Educação e os projetos de lei alterando a Lei nº 1.093, de 2009.

Esses projetos estariam melhorando um pouco a situação dos professores categoria "O", que tanto denunciamos aqui: a duzentena; a precarização do contrato; a falta de assistência médica para esses servidores, que não têm direito ao Hospital do Servidor Público estadual.

A greve de 92 dias do Magistério paulista, que ocorreu no semestre passado, teve todo o apoio de vários deputados da Assembleia Legislativa. Foi uma greve justa, democrática, que denunciou o abandono da Educação, as mazelas da Educação do estado de São Paulo porque não há investimento. O governo